



BOLETIM DE DIREITO MUNICIPAL

SUMÁRIO

DOCTRINA, PARECERES E ATUALIDADES

A GESTÃO DA DÍVIDA ATIVA MUNICIPAL (Flavio C. de Toledo Jr.) 567

PRINCÍPIOS QUE DEVEM REGER, NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, A DESIGNAÇÃO DE
SUBSTITUTOS DE SERVIDORES OCUPANTES DE CARGOS E FUNÇÕES COMISSONADAS
(Sérgio Honorato dos Santos) 573

NOMEAÇÃO DE MARIDO DE VICE-PREFEITA PARA CARGO DE SECRETÁRIO MUNICIPAL
E O NEPOTISMO (Rafael de Almeida Ribeiro) 580

MULTA – Irregularidades em procedimentos licitatórios – Ex-Prefeito Municipal, Presidente e
Secretário da Comissão de Licitação – Pedido de reexame – Exclusão da sanção pecuniária – Ex-
tensão dos efeitos a membro do órgão Colegiado – Manutenção da penalidade aplicada ao Alcaide
sucessor (TCU) 589

CONVÊNIO – Celebração entre o Município e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação
(FNDE) – Prefeito – Alienação de micro-ônibus adquirido com recursos de ajuste – Vedação por
cláusula convencional, salvo prévia autorização do concedente – Contas irregulares – Condenação
em débito – Aplicação de multa – Assessora jurídica – Emissão de parecer corroborando a venda
do veículo – Desconhecimento acerca da origem federal dos recursos que custearam a aquisição
do automóvel – Razões de justificativa acolhidas (TCU) 598

PREFEITO MUNICIPAL – Provisão de cargo em comissão para função que não era de direção,
chefia e assessoramento – Funcionária que ocupou três cargos irregularmente – Hipótese que
impõe a aplicação de três multas administrativas – Legislação que prevê sanção pecuniária para
cada cargo provido – Ressarcimento ao Erário dos valores suportados pela Urbe em condenação
imputada nos autos de reclamação trabalhista (TCPR) 604

QUESTÕES PRÁTICAS – TRIBUTOS E TARIFAS

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU) – Atualiza-
ção dos valores da planta genérica – Edição de decreto municipal – Não implicação em aumento
real do tributo – Observância aos princípios da legalidade e da anterioridade 609

TARIFAS DE ÁGUA E ESGOTO – Taxa de lixo – Inadimplência – Inclusão do nome de inadim-
plente no cadastro de proteção ao crédito pelo Município – Possibilidade, desde que existente
previsão legal local, que discipline, inclusive, os casos e valores passíveis de serem incluídos
nos cadastros – Protesto da Certidão de Dívida Ativa – Admissibilidade – Previsão na Lei nº
9.492/1997, alterada pela Lei nº 12.767/2012 610

continua...

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE TERRITORIAL RURAL (ITR) – Município – Celebração de convênio com a União para a fiscalização e cobrança do imposto – Valor da Terra Nua – Fixação efetuada pela Receita Federal 613

TAXA DE COLETA DE LIXO – Indústria – Contratação de empresa particular para realizar a coleta dos resíduos – Pretensão não pagamento do tributo – Inadmissibilidade – Disponibilidade do serviço que autoriza a exigência da taxa – Revisão dos atos administrativos que concederam a “não incidência” nos exercícios financeiros anteriores – Possibilidade – Autotutela – Prazo 614

IMPOSTO SOBRE A PROPRIEDADE PREDIAL E TERRITORIAL URBANA (IPTU) – Doação de fração de imóvel de particular a entidade de assistência social, por meio de escritura de doação, não registrada em matrícula – Declaração de imunidade, nos termos do art. 150, inc. VI, c, da Constituição Federal – Cabimento 615

JURISPRUDÊNCIA

CONSELHO TUTELAR – Eleição – Cláusula editalícia que elenca como requisito para o registro da candidatura “não ter sido penalizado com a destituição da função de conselheiro tutelar ou estar respondendo a processo administrativo disciplinar” – Limites da lei municipal não extrapolados – Inexistência de afronta aos princípios do devido processo legal e da presunção de inocência – Participação no certame de pessoas com moral ilibada – Observância do requisito da idoneidade moral (TJES) 617

DESAPROPRIAÇÃO AMIGÁVEL – Expropriada que se comprometeu, por escritura pública, a entregar o imóvel ao Município “livre e desembaraçado de quaisquer ônus” – Terreno ocupado por terceiros – Ajuizamento pela Comuna de ação de imissão na posse – Quantia pactuada em acordo para desocupação do bem – Ação ressarcitória movida pela Urbe contra a expropriada – Reparação devida (TJPR) 621

LEI MUNICIPAL – Iniciativa do Chefe do Executivo – Direito de servidores à licença para desempenho de mandato classista sem prejuízo da remuneração – Redução de três funcionários para um – Emenda legislativa – Substitutivo parlamentar que manteve o número previsto na legislação vigente até então – Pretensa inconstitucionalidade – Alegado aumento de despesas – Não ocorrência – Pertinência temática com relação ao projeto de lei original – Possibilidade de emenda pela Câmara de Vereadores (TJRS) 625

SAÚDE – Lei municipal – Texto que estabelece o prazo máximo de vinte dias úteis para realização de consultas e exames médicos a pacientes com até doze anos incompletos – Previsão de aplicação de sanção penal em caso de descumprimento – Diploma legal de iniciativa parlamentar – Inconstitucionalidade – Interferência direta e indiscriminada em entidade integrante da Administração local – Afronta à razoabilidade – Competência privativa da União para legislar sobre Direito Penal (TJSC) 631

AGENTE MUNICIPAL DE TRÂNSITO – Exercício da função concomitantemente à advocacia – Compatibilidade – Inexistência de subordinação ou vinculação com a Polícia Militar ou desempenho de poder de polícia – Caracterização, entretanto, do impedimento previsto no art. 30, I, da Lei nº 8.906/1994 (TRF1ªR) 638

CONTRATO ADMINISTRATIVO – Construção e exploração de estacionamento em área da União cedida ao Município – Nulidade da avença após ajuizamento de ação civil pública – Comprovação da ausência de má-fé da construtora – Pedido de reparação de prejuízos pelo particular – Incremento do patrimônio público – Valores alusivos à construção civil, parquímetros e equipamentos instalados – Dedução do fator de depreciação – Montante a ser pago pelo Município (TRF5ªR) 641

ÍNDICE CUMULATIVO AO FINAL